



Ministério do Turismo Conselho Nacional de Turismo

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO,
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE
2025 EM BRASÍLIA.

A reunião foi presidida pela Secretária Executiva do Conselho Nacional de Turismo, Cristiane Sampaio.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 9h, foi realizada, de forma híbrida (presencial e virtual), a 63ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo (CNT), sob a coordenação da **Secretária Executiva do Conselho, Cristiane Sampaio**, no âmbito do Ministério do Turismo.

A mesa de abertura foi composta por Cristiane Sampaio (Secretária Executiva do CNT), Ana Carla Lopes (Secretária Executiva do Ministério do Turismo), Viviane de Faria (Secretária Nacional de Infraestrutura e Crédito para Investimento Substituta) e Wilken Souto (Chefe da ASTEC e Coordenador da Câmara Temática de Legislação Turística). O Ministro do Turismo, Celso Sabino, participou por meio de vídeo institucional.

Ministro Celso Sabino saudou os conselheiros e ressaltou os resultados positivos do setor turístico em 2024, com recordes no número de turistas nacionais e estrangeiros, aumento do ticket médio e dos gastos. Destacou a importância do Conselho como espaço de diálogo e definições estratégicas, e indicou como pauta central da reunião a definição das prioridades legislativas e das ações do Ministério para 2025. Encerrou desejando uma excelente reunião a todos, reiterando seu compromisso com a escuta ativa e a valorização do Conselho.

A **Secretária Nacional Substituta de Infraestrutura e Crédito para Investimento, Viviane de Faria**, apresentou o cenário orçamentário da pasta e as frentes de atuação da SNINFRA, como o FUNGETUR, concessões, infraestrutura turística, parcerias com a UNESCO, e o programa Revive para reuso de ativos culturais.

Cristiane Sampaio anunciou a formalização de cinco Câmaras Temáticas: Legislação Turística, Regionalização do Turismo, Promoção e Apoio à Comercialização no Turismo, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo e Incentivo ao Turismo em Comunidades Tradicionais, Comunidades Negras e Indígenas. Também destacou a realização conjunta do Salão do Turismo, Feirão do Turismo e Prêmio Nacional de Turismo, de 21 a 23 de agosto de 2025, no Anhembi, em São Paulo. Apresentou e aprovou a Ata da 62ª reunião, não teve nenhuma objeção.

Ana Carla Moura, Coordenadora da Câmara Temática de Regionalização apresentou a iniciativa 'PRT em Ação', destacando a experiência-piloto no estado do Amapá, voltada à inclusão de municípios no Mapa do Turismo Brasileiro e fortalecimento da governança local.

Propostas da Câmara Temática de Legislação Turística

Wilken Souto (coordenador da Câmara Temática de Legislação) iniciou informando que a Câmara Temática de Legislação Turística foi formalmente constituída e realizou sua primeira reunião ordinária em 20 de fevereiro de 2025, com a participação de 55 pessoas, entre membros e convidados. Foram deliberados quatro temas principais, incluindo a aprovação do calendário de reuniões para o ano, com encontros bimestrais que antecederão as reuniões do CNT. Ele destacou que uma das competências centrais da Câmara é definir a pauta legislativa prioritária do turismo, incluindo projetos em tramitação no Congresso e propostas a serem apresentadas em 2025. Nesse contexto, o Ministério identificou 23 atos normativos necessários para regulamentar a nova Lei Geral do Turismo, dos quais 11 foram considerados prioritários para discussão com o setor. Wilken explicou que, como muitos desses atos tratam de temas técnicos do CADASTUR, a maioria será tratada no Comitê Consultivo do Cadastro Nacional dos Prestadores de Serviços Turísticos (CCCad), composto por representantes do MTur, Fornatur, CNT e estados. As entidades interessadas foram convidadas a participar da elaboração desses atos, com possibilidade de inclusão ou retirada voluntária. Por fim, Wilken apresentou a proposta de **Medida Provisória sobre responsabilidade solidária das agências de turismo**, construída com base em amplas discussões prévias, inclusive com representantes do governo, setor privado e órgãos de defesa do consumidor. O texto consensual foi submetido para validação final do plenário, com o objetivo de ser encaminhado ainda em março à Presidência da República. Wilken explicou que, com base na nova Lei Geral do Turismo, o Ministério do Turismo passou a ter autorização para, por meio de portaria e com critérios definidos, ampliar a lista de prestadores de serviços turísticos que podem se cadastrar no CADASTUR. Essa medida visa acompanhar os novos modelos de negócios do setor. No entanto, ele ressaltou a necessidade de estabelecer critérios objetivos para essa ampliação, evitando decisões arbitrárias. Vinte e quatro entidades manifestaram interesse em participar da elaboração desses critérios, com novas adesões registradas durante a reunião, como ABRAJET, Senac, CNTUR, ABTUR e ADOC. Outro ato normativo tratado foi a regulamentação do cadastro de **agricultores familiares e produtores rurais no CADASTUR**, uma inovação da nova lei que reconhece a comercialização de produtos turísticos como atividade rural, evitando perda de benefícios previdenciários e fiscais. A regulamentação exigirá articulação com os Ministérios da Agricultura, Movimento Agrário e Fazenda para definir, entre outros pontos, a emissão de nota fiscal e classificação CNAE. Inicialmente, 14 entidades se ofereceram para colaborar, e mais três se juntaram durante a reunião, incluindo o Sebrae, que destacou sua atuação junto a pequenos agricultores. Na sequência, Wilken abordou a necessidade de regulamentar a **obrigatoriedade de plataformas digitais**, como Booking e Expedia, verificarem se os prestadores de serviços turísticos que anunciam estão devidamente cadastrados no CADASTUR. Essa regra visa coibir fraudes e proteger os consumidores, mas não se aplica aos anúncios de aluguel de temporada. Será necessário definir os procedimentos de fiscalização e penalidades para o descumprimento da norma. Vinte e uma entidades já haviam se comprometido com a construção dessa regulamentação. Marta Feitosa (CNM) perguntou se os sites de prefeituras que apenas indicam prestadores de serviços turísticos estariam sujeitos à obrigatoriedade prevista para plataformas digitais. Wilken esclareceu que a exigência da nova Lei Geral do Turismo aplica-se apenas às plataformas que **comercializam serviços turísticos**, não às que apenas os indicam. Com isso, novas entidades, como Abraj et e Abrastur, se somaram à colaboração, totalizando 23 entidades envolvidas nessa

regulamentação. Wilken então abordou outra demanda antiga do setor: a necessidade de **regulamentação dos procedimentos operacionais mínimos de check-in e check-out nos meios de hospedagem**. A nova Lei Geral do Turismo define que a diária corresponde a 24 horas, mas reconhece a necessidade de normas para ajustar esse conceito à prática operacional do setor. O objetivo é elaborar uma norma que considere diferentes modelos de negócios, como hotéis que funcionam por hora (ex.: em aeroportos), com a participação de 16 entidades já confirmadas. Na sequência, tratou da **revisão da Portaria nº 100**, que classificava os meios de hospedagem de forma engessada (ex.: por estrelas). Com o tempo, essa classificação se tornou obsoleta diante das novas formas de avaliação — como as plataformas digitais e o posicionamento por segmento de público. A nova regulamentação buscará estabelecer **padrões mínimos de segurança, conforto e serviços**, e incluir expressamente categorias como hostels e albergues. Várias entidades se voluntariaram para contribuir, incluindo FBHA, ANACAMP, CNM, CNC, BLTA, Academia Brasileira de Eventos e Turismo (ABEET), entre outras. Ana Clévia (Sebrae) questionou se seria possível que entidades manifestassem interesse em participar **posteriormente**, o que Wilken confirmou, explicando que o CCCad poderá convocar novas instituições conforme necessário. Ele alertou, no entanto, que as entidades devem priorizar os temas mais relevantes à sua atuação, já que os trabalhos serão intensivos e sistemáticos. Em seguida, Wilken mencionou a necessidade de atualizar a **Ficha Nacional de Registro de Hóspedes**, que agora poderá ser digital. Um projeto-piloto está sendo desenvolvido em Brasília, com o apoio do Serpro e da Polícia Federal, e a proposta é regulamentar a nova ficha digital, definindo regras de envio e uso dos dados pelo Ministério do Turismo, incluindo informações para políticas públicas e pesquisas de perfil do turista. A secretária Cristiane Sampaio complementou que a implantação da **Ficha Nacional de Registro de Hóspedes em formato digital** já está avançada em parceria com o Serpro e a Polícia Federal. Embora o Ministério deseje entregar ainda em 2025, ela destacou que prazos dependem de outros órgãos. Em seguida, Lirian Cavalhero (FBHA) solicitou a retirada de sua entidade dos itens 8 e 9, por entender que não se relacionam ao seu escopo. Marta Feitosa (CNM) registrou que a CNM permanece disponível para futuras contribuições caso surjam impactos aos municípios. Júlia Lopes, do Ministério de Portos e Aeroportos, manifestou interesse em participar da discussão sobre a Ficha Nacional (item 7), destacando a relevância desses dados para o planejamento aeroviário. Sobre o **item 8**, que trata da regulamentação do transporte turístico terrestre e da harmonização entre legislações municipais, estaduais e federais, Wilken explicou que o objetivo é garantir **segurança jurídica** às transportadoras turísticas e às agências com frota própria. Foi consenso que a legislação federal deve prevalecer quando houver conflitos, e novas entidades se voluntariaram a colaborar com a regulamentação. No **item 9**, que trata da regulamentação dos guias de turismo que conduzem veículos próprios, houve discussão sobre a inclusão ou não de embarcações. Wilken esclareceu que a lei contempla apenas veículos rodoviários. O Senac e a CNM se manifestaram favoráveis à inclusão nesse grupo de trabalho. Foram ainda apresentados os dois últimos atos normativos:

- Um sobre a **padronização visual dos veículos de turismo (identificação externa do CADASTUR)**;
- Outro sobre a **revisão da Portaria nº 311**, que trata das **penalidades administrativas** aplicadas a prestadores de serviços turísticos, com necessidade de adequação à nova legislação.

Marta Feitosa alertou que mesmo se tratando de penalidades administrativas federais, é preciso avaliar impactos nos municípios, por exemplo, na emissão de alvarás. A CNM,

CNTur, ABIH Nacional, Fbage e outras entidades foram registradas como interessadas nesses temas. Wilken encerrou essa etapa esclarecendo que os **11 atos normativos mencionados serão tratados no âmbito do CCCad**, presidido por Cristiane Sampaio, com possibilidade de participação das entidades listadas ou outras convidadas conforme a necessidade técnica. Além disso, Wilken apresentou **cinco novos atos propostos para discussão futura na Câmara Temática de Legislação Turística**, incluindo:

1. Novo decreto de regulamentação da Lei Geral do Turismo (substituindo o Decreto nº 7.381/2010);
2. Decreto para definição de Áreas Especiais de Interesse Turístico;
3. Regulamentação do novo modelo do **FUGENTUR**, que agora permite repasses a fundo perdido;
4. Portaria sobre **turismo cívico**, com obrigatoriedade de visitação pública a atrativos culturais e naturais;
5. Portaria para regulamentar a **representação institucional de entidades municipais** no Sistema Nacional de Turismo, com sugestão de processo público de habilitação.

Marta Feitosa (CNM) destacou que a entidade é a única que atende plenamente os critérios da Lei nº 14.341/2022 (Marco Legal das Associações) e se colocou à disposição para contribuir na regulamentação. Wilken abriu espaço para novas sugestões de atos normativos a serem tratados na Câmara Temática de Legislação Turística. Toni Sando (Unidestinos) propôs que o modelo dos **Distritos Turísticos do Estado de São Paulo** — idealizado por Alain Baldacci — fosse considerado como referência para a regulamentação das **Áreas Especiais de Interesse Turístico**, previstas na nova Lei Geral do Turismo. Destacou que o modelo paulista já está em vigor em oito distritos e oferece incentivos fiscais, regras de uso do solo voltadas ao turismo, e pode servir como base adaptável a outros contextos.

Ana Carla, Secretária Executiva reforçou a relevância do tema, mencionando o interesse da **ONU Turismo**, que se manifestou durante evento em Madri, em colaborar com o Brasil na regulamentação de uma **Zona Franca de Turismo** na América Latina. Informou também que a inauguração do escritório da ONU Turismo no Rio de Janeiro ocorreria em 7 de março, com convite formal a ser enviado.

A proposta de **Medida Provisória sobre a responsabilidade solidária das agências de turismo** também foi apresentada para validação final do plenário. Wilken relatou que o texto havia sido objeto de amplos debates em duas reuniões anteriores da Câmara Temática, com participação do Ministério da Justiça (CENACON), ONGs de defesa do consumidor, CNJ, juízes e advogados. O objetivo era alcançar um equilíbrio entre os direitos dos consumidores e a segurança jurídica para as agências de turismo. O texto consensual foi validado em 20 de fevereiro pelas 41 entidades da Câmara Temática e seria agora submetido ao Conselho Nacional de Turismo. A proposta seria encaminhada à Presidência da República com a exposição de motivos assinada pelo MTur, indicando que se trata de uma sugestão deste Conselho. Wilken enfatizou a urgência do envio ao Congresso Nacional, observando que eventuais ajustes poderiam ser feitos durante a tramitação legislativa.

Lirian Cavalheiro (FBHA) reiterou que a proposta da Medida Provisória se destina às agências de turismo e não à hotelaria, já que a nova Lei Geral do Turismo delimitou corretamente a responsabilidade dos meios de hospedagem. Ela reforçou o apoio da FBHA ao texto apresentado pelas agências.

Márcio Santiago (Brasil CVB) elogiou a condução técnica da Câmara por Wilken e sugeriu um prazo adicional de 10 dias para revisão do texto da MP, visando evitar embates durante sua tramitação no Congresso. Ana Carla ponderou que o prazo poderia ser mais curto, pois a MP ainda passará por várias etapas no Executivo antes de ser enviada ao Congresso. Ela reforçou a urgência de encaminhar o texto ainda em março, após a aprovação do orçamento.

Wilken lembrou que o texto já havia sido amplamente debatido e consensuado em reuniões anteriores, inclusive com prazo prévio para contribuições. Ele destacou que a proposta pode ser **ajustada durante a tramitação**, se necessário, com articulação junto à relatoria. Lirian defendeu a aprovação imediata do texto, visto que ele já está atrasado e será inevitavelmente revisto pela Casa Civil. Ana Carla propôs um "meio termo": validar o texto atual e permitir que sugestões de ajustes fiquem registradas para eventual uso posterior.

Manoel Linhares (ABIH) parabenizou o MTur pela condução e solicitou o compromisso de que sua entidade será ouvida caso haja alterações na relatoria. Ana Carla respondeu que, apesar de o Executivo não indicar relatores, o Ministério manterá sua articulação e garantirá que o Conselho e suas entidades estejam representados e escutados durante a tramitação legislativa.

Encerrada a pauta da MP, Wilken apresentou o último ponto: a **proposta de pauta legislativa prioritária para 2025**. Ele informou que a lista, enviada previamente aos conselheiros, foi elaborada com base em mais de 40 projetos de lei em tramitação. A equipe técnica do MTur já mapeou a posição institucional do Ministério e das entidades sobre cada projeto, identificando consensos e divergências.

Wilken propôs **mais 10 dias de prazo** para que as entidades analisem a lista e enviem sugestões de inclusão ou exclusão. Ressaltou a importância de priorizar propostas que tenham **impacto direto nas atividades representadas pelas entidades**, para fortalecer a articulação com o Congresso. Exemplos de projetos destacados:

- **PL 2.234/2022** – sobre resorts integrados;
- **PL 2.478/2015** – que reconhece a profissão de turismólogo;
- **PL 4.715/2023** – que trata da cabotagem no transporte aéreo doméstico, construído com apoio dos Ministérios de Portos, Aeroportos e Relações Exteriores.

Em casos de divergência entre a posição do MTur e das entidades, Wilken propôs discutir caso a caso em busca de consenso. A lista atual inclui 46 projetos de lei sob acompanhamento prioritário.

Ana Carla reforçou a **urgência na definição da pauta legislativa prioritária**, destacando que diversos projetos já tramitam em **regime de urgência**, o que permite sua votação imediata em plenário. Parabenizou a equipe da ASTEC, liderada por Bárbara, pela qualidade técnica do levantamento dos PLs, e recomendou atenção especial aos que ainda não têm posicionamento do Ministério do Turismo.

Ela também apresentou as **propostas legislativas já chanceladas pelo MTur**, entre elas:

- Medida Provisória da **responsabilidade solidária das agências**;
- Medida Provisória sobre **redução do IRRF** para remessas ao exterior por agências e sobre **leasing de aeronaves (LIS)**;
- Projeto de lei de **incentivo fiscal ao turismo**, inspirado na Lei Rouanet.

Wilken acrescentou que outras seis propostas legislativas foram sugeridas pela Câmara Temática e serão incluídas no material a ser analisado pelos conselheiros. Ele esclareceu que:

- Quando houver **convergência** entre o posicionamento do MTur e das entidades, os projetos serão imediatamente priorizados;
- Quando houver **divergência**, o item será levado à discussão conjunta para busca de consenso.

Leonardo Volpato (Sindepap) propôs incluir como pauta prioritária a **desoneração da folha de pagamento para o setor de turismo**, como medida de compensação frente à reforma tributária. Wilken acolheu a sugestão e informou que a lista será reaberta para contribuições por meio de formulário eletrônico.

Diversos conselheiros elogiaram o nível técnico e a condução dos trabalhos:

- **Tiago Borges** (Resorts Brasil) endossou a proposta de Volpato;
- Um conselheiro não identificado destacou o caráter histórico da reunião, na qual foram debatidos e encaminhados 11 atos normativos que regulamentam a nova Lei Geral do Turismo;
- **Ana Carolina Medeiros** (ABAV Nacional) agradeceu ao MTur e às entidades pela construção coletiva do texto da MP, ressaltando a qualidade do diálogo, a importância do consenso alcançado e o compromisso das assessorias jurídicas em manter o apoio ao processo.

Cristiane Sampaio agradeceu pela participação ativa dos conselheiros, reforçando que o diálogo técnico é essencial para garantir segurança e legitimidade às propostas do MTur. Informou que havia oito conselheiros inscritos para fala final e que a palavra seria imediatamente passada à secretária executiva Ana Carla.

Ana Carla destacou que, mesmo sendo um conselho consultivo, o processo de consulta tem gerado **deliberações efetivas**, consolidando a prática de **governança descentralizada** do Ministério do Turismo. Informou que esse modelo será levado como exemplo para a reunião dos **países do BRICS** em Brasília, e convidou os conselheiros a participarem. Relembrou os principais eventos do segundo semestre — **Feirão, Salão e Prêmio Nacional do Turismo**, que ocorrerão em agosto, no Anhembi (SP) — e expressou o desejo de contar com a participação da CNM e da Anseditur no processo de construção conjunta desses eventos.

Wilson Pereira (Contratur) iniciou parabenizando o Ministério do Turismo e os coordenadores da Câmara Temática pelo trabalho técnico desenvolvido. Em seguida, destacou a atuação da Contratur, que representa mais de 4 milhões de trabalhadores do setor de turismo no país. Alertou para o problema crescente da **alta rotatividade da mão de obra no setor**, associada principalmente ao **baixo salário médio**, que gira em torno de R\$ 1.600,00. Ressaltou que muitos profissionais qualificados estão migrando para atividades informais ou fora do setor por conta da falta de valorização. A situação preocupa especialmente no contexto da COP30 em Belém, onde o piso salarial é inferior ao de outras regiões. Wilson defendeu a **valorização dos trabalhadores como parte essencial da engrenagem do turismo brasileiro**.

Ana Carla, Secretária Executiva Mtur agradeceu pela fala e reforçou que o Ministério está atento ao tema, mencionando a **Escola Nacional do Turismo**, inaugurada em Belém, como uma iniciativa que visa valorizar a mão de obra do setor. Ressaltou a importância de construir um legado da COP30 que inclua a qualificação e valorização dos

trabalhadores, especialmente na Amazônia Legal, e sugeriu aprofundar o debate com apoio de instituições como o Senac e o Sesc.

Armando Arruda (UBRAFE) também cumprimentou o Ministério e os membros do CNT, trazendo **boas notícias sobre a recuperação do setor de eventos e feiras de negócios**. Compartilhou os dados do estudo “Panorama”, realizado em São Paulo com apoio da Embratur, que aponta a realização de cerca de 1.200 eventos com mais de 700 participantes, 8 milhões de visitantes únicos e um impacto econômico de R\$ 12 bilhões em hospitalidade. Informou que o estudo será ampliado para outras capitais e enviado ao Ministério e ao Conselho. Comunicou também a **reeleição de Paulo Ventura como presidente do Conselho de Administração da Ubrafe**, reforçando o papel da legislação para consolidar o turismo como um motor de desenvolvimento econômico e social.

Evandro Novak (Abrajet) iniciou agradecendo ao Ministério do Turismo por atender o pedido da entidade para a divulgação prévia do **calendário anual das reuniões** do CNT, destacando que isso facilita a presença dos conselheiros, considerando os altos custos com passagens. Em tom de despedida, Evandro comunicou que estava deixando sua cadeira no Conselho após seis anos de atuação, e expressou gratidão pela convivência e aprendizados. Em seguida, apresentou seu sucessor, o jornalista **Juarez Tavares**, eleito pela Abrajet.

Juarez Tavares, novo representante da Abrajet, agradeceu pela recepção e destacou o compromisso da entidade em **colaborar com o Conselho Nacional de Turismo**, trazendo propostas, divulgando ações e representando o setor jornalístico especializado em turismo em todo o Brasil. Reforçou que o Brasil já é uma potência turística e que a Abrajet está à disposição para fortalecer esse reconhecimento.

Cristiane Sampaio agradeceu a Evandro pela parceria e contribuição ao longo dos anos, desejando sucesso na nova etapa, e deu boas-vindas ao novo conselheiro Juarez Tavares.

Rosângela Alanis (Suframa) abriu sua fala registrando condolências ao ministro Celso Sabino pela perda de seu pai. Em seguida, parabenizou a equipe do Ministério pelo trabalho no **Programa de Regionalização do Turismo**, especialmente o projeto-piloto no Amapá. Relatou que o estado do Amazonas está reorganizando seu Fórum Estadual de Turismo com foco na regionalização e no remapeamento.

Rosângela chamou atenção para a **gravidade da situação ambiental na Amazônia**, relatando o impacto direto das queimadas e estiagens nas atividades turísticas. Deu exemplos de situações recentes, como turistas em cruzeiros internacionais em Manaus assistindo à floresta queimar visivelmente da embarcação, com águas fervendo e cenas apocalípticas. Destacou que **a pauta ambiental não pode ser dissociada da agenda do turismo**, e que a atuação conjunta com prefeituras e gestores locais é essencial. Também ressaltou o papel da CNM na sensibilização de municípios da região.

Wilken Souto agradeceu a fala e lembrou que a **Câmara Temática de Ações Climáticas** já apresentou um plano vinculado ao Plano Nacional de Turismo que busca preparar gestores públicos e iniciativa privada para enfrentar impactos ambientais. Afirmou que muitas queimadas são fruto de ações criminosas, e que a **COP30 será um espaço estratégico** para aprofundar essa pauta com propostas do CNT em âmbito internacional.

Wilken Souto, após a fala de Rosângela, reiterou que o tema ambiental tem sido abordado com seriedade no âmbito do Conselho. Mencionou o **plano de ação climática** construído na Câmara Temática de Ações Climáticas e aprovado pelo plenário do CNT, o qual está integrado ao Plano Nacional de Turismo. Ressaltou que o plano orienta a atuação conjunta entre setor público e privado para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, especialmente nas regiões mais vulneráveis como a Amazônia. Também

destacou a **importância da COP30** como espaço para o Conselho apresentar propostas concretas ao debate internacional sobre turismo e meio ambiente.

Ana Clévia (Sebrae) parabenizou o Ministério do Turismo, as secretárias Cristiane Sampaio e Ana Carla, e o coordenador Wilken Souto pela condução da reunião e pela profundidade da pauta debatida. Destacou a importância da atuação integrada do Conselho e da existência de uma base legislativa robusta para sustentar os investimentos e o crescimento do turismo no Brasil. Reforçou a necessidade de manter a **pauta climática no centro das discussões**, especialmente em um contexto de mudanças ambientais cada vez mais perceptíveis e impactantes. Alertou para o risco de que o tema ambiental seja deixado de lado após a COP30 e propôs que os conselheiros assumam o compromisso de manter o tema vivo nas pautas do CNT. Desejou um ano produtivo ao Conselho e agradeceu a liderança das secretárias, reconhecendo a atuação coletiva como essencial para o fortalecimento do setor.

Cristiane Sampaio acolheu a sugestão de Ana Clévia e propôs que o Conselho passe a **sugerir pautas para a COP30**, por e-mail, com sistematização futura.

Alex Vieira (Hostels Brasil) também elogiou o Ministério do Turismo e agradeceu pelo acolhimento ao longo de sua participação no Conselho. Em nome dos hostels, agradeceu os **resultados positivos da atual temporada**, com destaque para a volta do turista europeu. Reforçou o papel dos hostels como agentes de **integração com as comunidades locais**, fomentando o **turismo de experiência**, sustentável e inclusivo. Mencionou o **selo de Qualidade e Sustentabilidade (QS)**, fruto de uma parceria entre o Brasil e a Noruega, e a proposta de transferir a **sede da Hostelling International** de Londres para o Brasil, fortalecendo a presença institucional da ONU Turismo no país. Defendeu o papel dos hostels na **democratização da hospitalidade**, atendendo públicos diversos, especialmente viajantes solo, mulheres e estudantes, com estruturas acessíveis e inclusivas. Sugeriu que o **CPF para estrangeiros** seja discutido como pauta prioritária, já que sua ausência dificulta o acesso a serviços básicos como passagens e chips de celular.

Por fim, propôs a formação de uma **comissão mista entre MTur, Sebrae e entidades** para avançar em uma fiscalização mais eficaz contra hospedagens irregulares, citando o exemplo de **Ouro Preto**, onde há hostels sem qualquer documentação. A ideia seria criar um plano de ação com diagnóstico, prazo de regularização e aplicação de sanções, se necessário. Alex também se colocou à disposição para cooperar com a ONU Turismo e reforçou o papel dos hostels na descentralização do turismo em todo o território nacional.

Alex Vieira (Hostels Brasil) complementou sua fala anterior destacando a importância da **capacitação específica para a hotelaria**, ressaltando que a dinâmica dos hostels é distinta da hotelaria tradicional. Citou o projeto da **“Universidade da Hotelaria”**, já apresentado ao MTur, como proposta estruturada para qualificação do setor. Também mencionou a necessidade de revisão da **Portaria nº 100**, com inclusão do termo “hostel” como categoria formal de meio de hospedagem, evitando a confusão com “albergue”. Criticou a falta de retorno da **Embratur** aos pedidos de agenda e ofícios da Hostels Brasil, e solicitou apoio do Conselho para facilitar o diálogo institucional. Reforçou o papel dos hostels na promoção internacional do turismo brasileiro e mencionou a possibilidade da **Hostelling International transferir sua sede de Londres para o Brasil**, fortalecendo a imagem do país como polo global da hotelaria.

Alex também propôs a criação de **auxílio financeiro (jeton)** para entidades com menos recursos, a fim de viabilizar participação presencial nas reuniões do CNT. Reclamou de ter sido ignorado em reunião anterior online, apesar de estar inscrito para fala.

Cristiane Sampaio agradeceu pelas contribuições, ressaltando que os pleitos foram registrados e poderão ser desdobrados em conversas específicas. Confirmou o recebimento de ofícios e reforçou o compromisso de buscar alternativas para temas como a certificação da hospedagem e apoio à participação presencial de entidades com dificuldades orçamentárias.

Marta Feitosa (CNM) iniciou parabenizando o MTur, saudou em nome do presidente da CNM, **Paulo Ziulkoski**, e informou que a entidade representa 5.522 dos 5.569 municípios brasileiros. Destacou o reforço da equipe de turismo da CNM com a entrada de **Fernando Sérgio Lira**, ex-prefeito de Maragogi.

Marta celebrou a **retomada do Comitê do Patrimônio Mundial**, com atuação articulada com a OCBPM e CNM, buscando imprimir um olhar do turismo à gestão do patrimônio no Brasil. Informou que a CNM está programando **missões internacionais com prefeitos**, reforçou a parceria com o Salão do Turismo (com estande de destaque em 2024) e sugeriu cooperação com o programa **PR Tem Ação** para qualificação de gestores municipais.

Em relação à **COP30**, revelou que a CNM pretende **locar um barco para abrigar prefeitos** e representantes municipais em Belém, diante da limitação da capacidade hoteleira local. Também convidou os presentes para a **Marcha dos Prefeitos** (19 a 22 de maio, em Brasília) e o **Seminário de Governança para o Turismo** (19 a 22 de junho, em Maragogi). Por fim, pediu atenção especial do Ministério do Turismo aos **pequenos municípios**, que compõem mais de 70% das cidades brasileiras, mas enfrentam dificuldades em acessar recursos, mesmo quando organizados.

Mário Nascimento (CNM e OCBPM) complementou a fala de Marta, elogiando a atuação do MTur e da Secretaria Nacional de Infraestrutura. Informou que a **CVC já demonstrou interesse** na construção de roteiros integrados ao patrimônio mundial. Ressaltou que a CNM poderá exercer papel estratégico no **Conselho Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)**, criado na reforma tributária, e colocou a entidade à disposição para representar as pautas do setor turístico nesse espaço.

Por fim, convidou todos para o **13º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**, que ocorrerá de 7 a 9 de maio, em Gramado (RS), durante a Festa da Colônia, com apoio de diversas entidades. Destacou também a importância da **regulamentação da inclusão de agricultores familiares no Cadastur**, propondo participação ativa da CNM nesse processo.

Rafael (ABBTUR) parabenizou o Ministério do Turismo e o Conselho pelo trabalho realizado na pauta legislativa e aproveitou para fazer dois importantes pedidos:

1. Que a **Embratur promova maior participação das ilhas brasileiras** (como Fernando de Noronha, Ilha Grande, Ilhabela, Ilha do Mel e Marajó) em feiras e salões internacionais, propondo um sistema de revezamento entre elas para garantir visibilidade internacional;
2. Lançamento de um **“Masterplan para as Ilhas Brasileiras”**, com planejamento participativo, envolvendo comunidades locais e associações. A proposta prevê ações de regularização, fortalecimento da governança e combate à informalidade, começando, se possível, pela Ilha de Marajó.

Rafael reforçou que o projeto contribuirá para ordenar e fortalecer o turismo insular no país.

Ítalo Mendes (Anseditur), em sua primeira fala como conselheiro titular, celebrou a forma participativa como o Ministério tem conduzido o Conselho. Em nome da Anseditur,

anunciou o **lançamento de uma especialização em Gestão Municipal do Turismo**, com 360 horas, ofertada pela UnB em parceria com MTur e Embratur. Destacou dois grandes desafios para interiorizar o turismo no Brasil:

1. **Sensibilizar prefeitos** sobre o turismo como vetor de desenvolvimento;
2. **Capacitar tecnicamente os secretários municipais de turismo**, especialmente nos pequenos municípios.

Convidou os conselheiros para a **Marcha dos Secretários de Turismo**, que ocorrerá de **1º a 3 de abril, no Ministério do Turismo**, reunindo 250 a 300 secretários de todo o país, com foco em capacitação, articulação e integração com políticas públicas nacionais.

Luiz Del Vigna (ABETA) elogiou a condução do Ministério e o ambiente mais leve e produtivo das reuniões. Destacou o fortalecimento das **Câmaras Temáticas**, em especial a de Legislação Turística. Informou que a ABETA está com **nova diretoria eleita (posse em abril)**, com maioria feminina e renovação institucional, e que o Dr. Jaime Prado já acompanha os trabalhos no Conselho.

Lirian Cavalhero (FBHA) iniciou sua fala prestando **condolências ao ministro Celso Sabino** e agradecendo ao Ministério pela condução dos trabalhos. Elogiou a atuação de Ana Carla, Cristiane Sampaio e Wilken Souto, a quem se referiu com carinho e reconhecimento pelo papel fundamental na condução das pautas legislativas do setor. Representando o presidente Alexandre Sampaio, reforçou o compromisso da FBHA com o Conselho e desejou que o ano siga produtivo como foi a primeira reunião. Propôs, com leveza, que as reuniões passem a ser realizadas no período da tarde para facilitar a logística dos conselheiros.

Márcio Santiago (Brasil CVB) trouxe três pontos principais:

1. **Alerta sobre o prazo de isenção de vistos** para turistas dos EUA, Canadá e Austrália, que se encerra em 12 de abril, sugerindo que o Conselho reforce uma **mobilização junto ao governo federal** pela manutenção da isenção.
2. Reforço à necessidade de **benefícios para deslocamento dos conselheiros**, como tarifas especiais com companhias aéreas, especialmente agora que as reuniões estão sendo programadas com antecedência.
3. Celebração da **inclusão do “Tax Free” na reforma tributária**, agradecendo ao ministro e à equipe técnica pela articulação. Também destacou a presença de Paulo Senise, diretor do Brasil CVB, como responsável pela pauta no Conselho.

Márcio concluiu parabenizando **Wilken Souto**, a quem chamou carinhosamente de “móvel e utensílio” do Ministério, destacando sua história e dedicação ao turismo.

Manoel Linhares (ABIH Nacional) fez uma fala emocionada, resgatando sua trajetória no setor e no Conselho. Relembrou sua atuação durante a aprovação da **Lei Geral do Turismo**, quando passou quatro meses em Brasília articulando sua defesa no Congresso. Destacou o **crescimento e fortalecimento do Conselho Nacional de Turismo** desde a entrada da atual gestão do Ministério, e agradeceu nominalmente a Cristiane Sampaio, Ana Carla, Wilken e demais colegas. Mencionou sua **pré-candidatura a deputado federal**, reforçando seu compromisso com a defesa do turismo no parlamento e colocou a ABIH à disposição do MTur para continuar colaborando. Encerrando com humor e afeto, afirmou: “Gratidão não prescreve”.

Cristiane Sampaio agradeceu as falas e informou que a apresentação mencionada por Ana Carla já havia sido compartilhada no grupo do Conselho. Em seguida, passou a palavra à conselheira **Lenora**, da ABBTUR, avisando que restava apenas mais uma inscrição.

Ressaltou os esforços contínuos da ABETA em **qualificação e certificação**, incluindo o **projeto SPECO Aventura** (com o Sebrae-SP), que aumentará o número de empresas certificadas pelo Inmetro de 18 para mais de 60 ainda em 2025. Reforçou que a informalidade precisa ser enfrentada com profissionalização e comunicação aberta. Convidou os presentes para o **22º Congresso ABETA Summit, de 3 a 6 de setembro de 2025, em Caraguatatuba (SP)**, destacando o caráter técnico e descontraído do evento, que reúne os principais nomes do ecoturismo e turismo de aventura do Brasil.

Lenora Schneider (ABBTUR) agradeceu o apoio do Ministério e parabenizou o envolvimento institucional nas ações da entidade. Destacou a participação da ABBTUR no Congresso Brasileiro de Turismo (CBTur), com presença ativa nas Câmaras Temáticas (em especial nas de Legislação, Regionalização, Sustentabilidade e Comercialização). Defendeu a **presença do Conselho Nacional de Turismo com estande próprio na COP30**, para justificar institucionalmente a participação das entidades.

Anunciou a realização da **Feira Fetur, no Piauí**, entre 8 e 9 de maio, onde ocorrerá também o Fórum dos Turismólogos e Assembleia da ABBTUR. Reforçou o envolvimento da entidade em eventos como o **Salão do Turismo e a ABAV**, e agradeceu à rede de hostels pela parceria em questões logísticas e de acolhimento. Finalizou manifestando apoio à **regulamentação profissional do turismólogo** e à criação de um **Conselho Federal da Profissão**, reafirmando o compromisso da ABBTUR com a valorização técnica e institucional da categoria.

Alexandre Panosso (ANPTUR), último inscrito da reunião, iniciou parabenizando o Ministério e os conselheiros pelo ambiente positivo e colaborativo da reunião. Informou que o **21º Seminário da ANPTUR e o 10º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística**, inicialmente previstos para Caxias do Sul (RS), foram transferidos para São Paulo em 2023 devido à calamidade pública no estado. Para 2024, confirmou a realização do evento entre **16 e 19 de outubro**, reforçando o compromisso com o desenvolvimento científico e acadêmico do turismo no Brasil e na América Latina. A fala foi interrompida por problemas técnicos, e ele não pôde concluir.

Cristiane Sampaio agradeceu a todos os participantes, destacando o valor das reuniões presenciais para o fortalecimento das relações e avanços institucionais. Reforçou a importância do diálogo contínuo e lembrou as **próximas datas das reuniões do CNT**:

- **15 de abril**, na WTM Latin America, em São Paulo;
- **23 de agosto**, durante o Salão do Turismo;
- **4 de dezembro**, em Brasília.

Luiz Del Vigna (ABETA) aproveitou para informar que durante a reunião do CNT na WTM será feito o **lançamento oficial do ABETA Summit**, com cerimônia formal e convite aberto aos presentes.

Wilken Souto encerrou com um informe da **Câmara Temática de Ações Climáticas**, transmitido por Edson (coordenador da Câmara), informando que a primeira reunião oficial ocorrerá em breve e deverá ser criada uma **subcâmara voltada ao desenvolvimento de ações no âmbito da COP30**.

Cristiane Sampaio, por fim, declarou **encerrada a 63ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo**, desejando bom almoço a todos.

CELSO SABINO

Presidente do Conselho Nacional de Turismo

CRISTIANE LEAL SAMPAIO

Secretária Executiva do Conselho Nacional de Turismo